ANEXO III

Trabalhadoras com contrato de trabalho a termo resolutivo que transitam para a Estrutura de Missão para a Igualdade de Género

Nome da trabalhadora	Categoria
Elisabete Adriana Rodrigues Magalhães dos Santos	Técnica Superior
Elsa Maria Gonçalves Rodrigues	Técnica Superior
Isabel Maria Alves Neves	Técnica Superior
Marta Filipa Rodrigues Tiago	Técnica Superior
Inês Leitão Fernandes Duarte	Assistente Técnica
Luísa Maria Ferreira Calado	Assistente Técnica

208709123

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro****Despacho n.º 6471/2015**

Considerando que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU) tem como missão assegurar a concretização da política definida pelo Governo para as áreas da habitação e da reabilitação urbana, de forma articulada com a política de cidades e com outras políticas sociais;

Considerando que o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) se propõe conceder ao IHRU, um empréstimo no montante de EUR 15 milhões, com a garantia pessoal do Estado, destinado exclusivamente ao financiamento parcial do projeto de reabilitação integral de edifícios degradados, promovidos por entidades públicas e privadas (individuais ou coletivas), que se destinem maioritariamente a arrendamento habitacional em regime de renda condicionada;

Considerando que o referido projeto de investimento se reveste de grande interesse para a economia nacional enquadrado na política de habitação e reabilitação urbana, com os consequentes benefícios de carácter económico e social;

Considerando o parecer do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, responsável pelo sector de atividade da empresa, emitido em 13 de abril de 2015, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro;

Considerando que foi ouvida a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E., em cumprimento do disposto na alínea *t*) do n.º 1 do artigo 7.º dos respetivos Estatutos;

Instruído o processo pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, bem como do n.º 1 do artigo 127.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

Autorizo, ao abrigo da delegação de competências proferida nos termos da alínea *e*) do ponto n.º 3 do Despacho da Ministra de Estado e das Finanças n.º 11841/2013, de 6 de setembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 176, de 12 de setembro de 2013, alterado pelo Despacho n.º 10606/2014, de 11 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 18 de agosto:

1 — A concessão da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU), junto do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), no montante de EUR 15.000.000, para financiamento parcial do programa de reabilitação urbana, cujas condições financeiras constam da ficha técnica anexa ao presente despacho;

2 — A fixação da taxa de garantia em 0,2 % ao ano.

26 de maio de 2015. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco*.

Ficha técnica

Mutuário: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU)
Mutuante: Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB)
Finalidade: Financiamento parcial (até 30 %) do projeto de reabilitação integral de edifícios degradados, promovidos por entidades públicas e privadas (individuais ou coletivas), que se destinem maioritariamente a arrendamento habitacional em regime de renda condicionada.

Montante: € 15.000.000,00

Prazo: 20 anos

Utilização: A ocorrer entre 2015 e 2019, após assinatura do contrato e da garantia do Estado. O 1.º desembolso deverá ser solicitado no prazo

máximo de um ano, e os subsequentes deverão ocorrer com um hiato temporal máximo de 18 meses, sendo condicionados à prévia execução integral das tranches anteriores.

Carência de capital: Até um máximo de 5 anos.

Amortização: A definir em cada desembolso, respeitando o prazo máximo definido para a operação (20 anos).

Taxa de Juro: Em aberto, assumindo um dos regimes praticáveis pelo CEB:

Regime de taxa fixa

Regime de taxa variável

Pagamento de Juros: Em aberto, de acordo com a opção do IHRU em cada desembolso de entre as opções: trimestral, semestral ou anual.

Fiador: República Portuguesa, por um período máximo de 20 anos
208687035

Secretaria-Geral**Despacho n.º 6472/2015****Assunto: Novo Código do Procedimento Administrativo Responsável pela Direção do Procedimento — Garantias de Imparcialidade — Código dos Contratos Públicos**

A entrada em vigor no passado dia 8 de abril do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, pela sua dimensão inovadora visível na extensão e profundidade de algumas das soluções consagradas, impõe que a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças ajuste alguns dos seus procedimentos internos.

Na verdade e tal como é referido no n.º 5 do seu artigo 2.º, as disposições do CPA, designadamente as garantias nele reconhecidas aos particulares, aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos administrativos especiais e, desde logo, aos procedimentos regulados no âmbito do Código dos Contratos Públicos. Não que o CPA possa ser considerado como instituidor de um procedimento-regra definidor de uma tramitação comum à qual se oporiam regimes procedimentais especiais. Em boa verdade, o que o CPA consagra são regras e princípios a que devem obedecer os trâmites, formalidades e atos de qualquer procedimento sempre que este não contenha sobre uma determinada matéria e de forma mais ou menos minuciosa uma tramitação específica para a prática de uma certa categoria de atos, regulamentos ou contratos administrativos.

É o que sucede, nomeadamente, com o responsável pela direção do procedimento em sede do regime comum do procedimento administrativo.

A figura do responsável pela direção do procedimento surge aqui na posição central de garante da imparcialidade. A ela se refere o artigo 55.º do CPA. Contrariamente ao que sucedia no artigo 86.º do anterior CPA alcança-se a configuração da nova figura no contexto do artigo 55.º Na verdade, num propósito de desconcentração, a relação jurídica concretiza-se, ao longo do procedimento, entre os interessados e o responsável no qual tenha sido delegada a direção do procedimento, que assume o papel de ponto de referência, cuja identidade é notificada aos participantes e comunicada a quaisquer pessoas que, demonstrando interesse legítimo, requeiram essa informação (*cf.* o n.º 5 do artigo 55.º, n.º 2 do artigo 61.º e o n.º 3 do artigo 110.º), até culminar no responsável pela tomada de decisão final. Como alguns vêm já sustentando, pretendeu-se uma processualização do procedimento com a qual se visa distinguir entre as fases da instrução e da decisão, pautada por uma maior amplitude das competências do responsável pela direção do procedimento em comparação com a anterior figura do órgão da instrução.

Em obediência a este desiderato, a delegação de poderes, por natureza e definição uma faculdade do órgão competente para a decisão final, condicionada a norma de habilitação prévia, surge no n.º 2 do artigo 55.º convertida num poder-dever, aparentemente indiferente à relação *intuitu personae*. Com as exceções legalmente previstas, obriga-se o órgão decisor a delegar, obriga-se a que a delegação seja concretizada num inferior hierárquico ou em membro de órgão colegial dele dependente e, sobretudo, obriga-se a que sejam delegados os poderes que a lei faz corresponder à figura do responsável pelo procedimento. Numa palavra, os poderes a delegar pelo órgão competente para a decisão final são os que a lei faz corresponder à figura do responsável pelo procedimento, não abrangendo outras competências que não estas. Deste modo, pese embora a amplitude da delegação determinada pelo n.º 2 do artigo 55.º do CPA ser definida por referência a uma figura — a do responsável pela direção do procedimento — e à função que a lei lhe atribui, excluindo a necessidade de especificação dos poderes delegados ou dos atos que está habilitado a praticar, vedando a possibilidade de seleção dos poderes a exercer e, em bom rigor, dispensando a publicação do ato, ainda assim, dada a novidade do regime, julga-se conveniente a publicação no *Diário da República* do presente despacho, também justificável para efeitos do

reforço das garantias de imparcialidade reguladas no seu artigo 69.º, anteriormente objeto de tratamento mais mitigado no artigo 44.º

Para além de uma alteração na redação do n.º 2, são aditados ao artigo 69.º três novos números através dos quais, numa intenção de reforço das garantias de imparcialidade, se pretende garantir que não haja lugar, no âmbito do procedimento administrativo, a prestação de serviços de consultoria, ou outros, a favor de responsável pela respetiva direção ou de quaisquer sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, por parte de entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações previstas no seu n.º 1, ou que hajam prestado serviços, há menos de três anos, a qualquer dos sujeitos privados participantes na relação jurídica procedimental. O sentido do n.º 3 do citado artigo, se bem se alcança, melhor se extrai da leitura da segunda parte do n.º 1 do artigo 76.º, que estatuí a anulabilidade, nos termos gerais, dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos (nas situações reguladas no n.º 1 do artigo 69.º) ou em cuja preparação tenha ocorrido prestação de serviços à Administração Pública em violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º Na primeira situação, a omissão do dever de comunicação a que alude o n.º 1 do artigo 70.º constitui falta grave para efeitos disciplinares (n.º 2 do artigo 76.º), o que já sucedia no artigo 51.º do anterior CPA. Já a prestação de serviços em violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º, constitui o prestador no dever de indemnizar a Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

Assim, determino o seguinte:

1 — No âmbito dos procedimentos administrativos iniciados pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, devem os dirigentes das unidades orgânicas diretamente responsáveis pelo seu início propor-me, para cada procedimento e para efeitos do n.º 2 do artigo 55.º do Código do Procedimento Administrativo, a designação do responsável pela direção do procedimento, cuja identidade é notificada aos participantes nos termos legais e comunicada a quaisquer outras pessoas que, demonstrando interesse legítimo, requeiram essa informação.

2 — Sempre que no processo de preparação ou formação de ato ou contrato se imponha a necessidade de realizar prestação de serviços à Administração Pública, deve a respetiva entidade prestadora juntar a declaração anexa ao presente despacho de que se não encontra abrangida pela previsão do n.º 3 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

8 de maio de 2015. — O Secretário-Geral, *Rogério Peixoto*.

Declaração

Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro

1 — Para efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (¹) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviços no âmbito do procedimento ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do artigo 69.º

2 — O declarante tem pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... [local], ... [data], ... [assinatura].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

208697622

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso (extrato) n.º 6440/2015

Por despacho da Senhora Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 23.04.2015, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e do n.º 4, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, no cargo de adjuntos de chefe de finanças, Luís Filipe Pais Cruz, no S.F. Seixal 1, por impedimento do titular do cargo, com efeitos a 01.01.2015 e por vacatura do lugar, com efeitos a 09.03.2015, Maria Sacramento Pedrosa Miranda

Matos, no S.F. Barcelos, por vacatura de lugar, com efeitos a 01.01.2015 e Mónica Raquel Bastos Santos, no S.F. Lisboa 7, por impedimento da titular do cargo, com efeitos a 01.02.2015.

18 de maio de 2015. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

208702027

Aviso (extrato) n.º 6441/2015

Por despacho da Senhora Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 23.04.2015, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de finanças, Norberto Augusto Nunes Conde, no S.F. de Mação, por vacatura do lugar, com efeitos a 01.01.2015.

18 de maio de 2015. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

208702043

Aviso n.º 6442/2015

Em cumprimento da Sentença de 27/02/2014 proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria no Processo de Ação Administrativa Especial n.º 462/07.5BELRA-A, foi autorizada, por despacho de 29/05/2015 do Subdiretor-Geral para a área dos recursos humanos e formação, proferido no uso de competências delegadas pela Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, ao abrigo do n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, conjugado com os artigos 29.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17/12, a alteração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de técnico de administração tributária adjunto, grau 2, nível 1, com efeitos reportados a 29 de março de 2010, da trabalhadora Graça Maria Silva Sousa, posicionada no escalão 1/índice 326 da tabela remuneratória constante do anexo V ao Decreto-Lei n.º 557/99, de 17/12 e colocada no Serviço de Finanças da Marinha Grande.

1 de junho de 2015. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

208697477

Aviso n.º 6443/2015

Por despacho de 11 de maio de 2015 do Senhor Subdiretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, por delegação de competências da Senhora Diretora-Geral e após anuência do Senhor Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foi autorizada a mobilidade interna na categoria de Técnico Superior, de Carlos Fernando Miranda Martins, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções nos Serviços Centrais, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 93.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 setembro de 2015, pelo período de sete meses.

2 de junho de 2015. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

208698562

Aviso n.º 6444/2015

Por despacho de 13 de abril de 2015, do Subdiretor-Geral, Damasceno Dias, por delegação de competências da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizada a mobilidade interna na categoria de assistente técnica, de Maria José Pinto Salgueiro de Moura, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções na Direção de Finanças de Faro, nos termos do disposto do artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2015.

3 de junho de 2015. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

208702602

Despacho n.º 6473/2015

Delegação de competências

Nos termos e para efeitos do disposto no artigo 62.º, n.º 1 da lei geral tributária (LGT), artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, o chefe do serviço de finanças do Porto 5, Miguel Domingos da Silva Tavares em regime de substituição, delega e subdelega a competência para prática de atos próprios da chefia que exerce nos chefes de finanças adjuntos abaixo identificados:

1 — Chefia das Secções

1.ª Secção — Tributação do Património — chefe de finanças adjunta N1, Maria Cândida Sousa Nércio, técnica de administração tributária nível 2;